

Raízes

v.35, n.1, jan-jun /2015

O CONCEITO CLÁSSICO DE CAMPESINATO E O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Valdete Boni

RESUMO

Durante os anos oitenta do século passado, organizações de mulheres rurais começam a aparecer e a consolidar-se em vários estados brasileiros. Em Santa Catarina é criado o Movimento das Mulheres Agricultoras - MMA. Em 2004, movimentos de mulheres agricultoras começaram a se unir em torno de outra denominação - é assim que o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC - nasceu. Este artigo começa com uma breve história deste movimento e mostra como o conceito de campesinato foi construído, analisando as práticas e discursos do MMC e como as militantes usam este termo de modo a dar à sua identidade camponesa um novo significado.

Palavras-chave: Movimento de mulheres; Mulheres camponesas; Campesinato

THE CLASSIC CONCEPT OF PEASANTRY AND THE MOVEMENT OF PEASANT WOMEN

ABSTRACT

During the 1980's organizations of rural women start appearing and consolidate in several Brazilian States. In Santa Catarina State appears then the Movement of Farmers Women – MFW. In 2004, the movements of farmers women started to unite around another denomination – this is how the Movement of Peasant Women – MPW – was born. This article starts with a brief history of this movement, showing how the concept of peasantry was built and analyse the practices and speeches by the MPW and how the militants use this term in such ways which give their peasant identity a new meaning.

Keywords: Movement of Women; Peasant Women; Peasantry

CAMPEPINATO: UM CONCEITO ATUAL

Por diversas vezes, na concepção do Movimento de Mulheres Camponesas, ser camponês e ser agricultor familiar não se distinguem. Toda essa discussão perpassou a academia na década de 1990, seja vendo o camponês como o agricultor familiar com menor grau de integração no mercado¹, seja com a visão do agricultor familiar associado às teorias clássicas do campesinato². Depois, essa discussão extrapola os limites da academia e é absorvida pelos movimentos sociais em suas diferentes concepções, seja o movimento associado mais ao sindicalismo rural ou aos movimentos sociais do campo. Assim, não é de se estranhar que poderá haver alguma superposição de diferentes clivagens como, por exemplo, o uso alternativo dos termos camponês e agricultor familiar na medida em que o segundo, dependendo de como é entendido, engloba o primeiro.

De acordo com Buainain e Fonseca (2012, p. 1), dada a heterogeneidade que o conceito “agricultura familiar” engloba, alguns estudiosos chegam a duvidar de sua validade. Retomam a afirmação de Schneider, feita durante debate realizado em 2011, em um Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, de que há, pelo menos, quatro contextos onde o termo aparece. O primeiro diz respeito às denominações empíricas, que variam segundo as regiões do Brasil; colono no Sul, lavrador no Nordeste, sitiante em São Paulo, etc. Segundo, existem as definições normativas próprias das políticas públicas. Terceiro, definições políticas como “agronegócio” (Confederação Nacional de Agricultura – CNA) e “campesinato” (movimentos sociais) e “agricultura familiar” (Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura – CONTAG e Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF). Por fim, o

quarto contexto é aquele onde se dão as discussões teóricas.

Início a discussão expondo a dificuldade em definir o significado de “camponês” no Brasil. Em diversos momentos, o conceito de camponês foi utilizado para se referir aos pequenos proprietários, como nas décadas de 1950 e 1960, quando do surgimento das Ligas Camponesas. Essa associação, no entanto, tinha uma conotação mais política que conceitual (Porto e Siqueira, 1994). Na academia, especialmente na sociologia rural, com uma forte influência francesa, o termo *peasant* era associado a camponês. Na década de 1990, com o surgimento da categoria agricultor familiar, volta-se a discutir o conceito de camponês como o agricultor menos integrado ao mercado. Mas também a categoria agricultor familiar passa a substituir outras diversas denominações que eram utilizadas para distinguir o pequeno produtor e (ou não) pequeno proprietário dos grandes proprietários e produtores. Este, porém, é um conceito que “se recusa a morrer”, reaparecendo tanto em trabalhos acadêmicos quanto em movimentos sociais rurais. Depois que a própria categoria agricultor familiar parece estar consolidada no Brasil, seja na academia, nas políticas públicas ou na sociedade civil organizada, especialmente nos sindicatos de trabalhadores rurais provenientes do chamado novo sindicalismo, surgem movimentos que se autodenominam camponeses, como é o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento Camponês Popular (MCP) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Entre estes movimentos, a organização das mulheres assume uma particularidade. O MMC surge no Brasil em 2004 pela junção de diversos movimentos e organizações de mulheres trabalhadoras rurais, mas são os movimentos do Sul que estão no centro dessa organização. E é justamente no Sul que os movimentos se denominavam como trabalhadoras rurais, no Rio Grande do Sul e Paraná, e mulhe-

1 Ver Abramoway (1992).

2 Especialmente Chayanov (1981), Shanin (1980)

res agricultoras, em Santa Catarina. Esta mudança traz à tona uma discussão interessante; a de que, pelo menos no campo político, a categoria agricultura familiar não está representando seus ideais.

1. O CONCEITO DE CAMPESINATO E AS TEORIAS CLÁSSICAS

Ao longo da história há várias definições³ do que seria camponês ou campesinato. Lamarche, na introdução do livro *Agricultura Familiar: comparação internacional* (1993, p. 16) retoma Chayanov para conceituar esses produtores. Para o pensador russo, o modelo camponês se define por três características principais: a primeira se refere a uma inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo. A segunda define o trabalho como familiar, não podendo ser analisado em termos de lucro, pois esta forma de trabalho não é quantificável. E a terceira característica é de produção de bens de consumo, ou seja, de valores de uso e não de troca. Ciro Flamarion Cardoso (1987, p. 56) retoma o conceito clássico de camponês por meio de quatro características básicas: o acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; o trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional; a autossustentabilidade combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; e certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

Chayanov (1981) se aproxima mais da reflexão a ser defendida neste espaço. Sua contribuição ao estudo do campesinato é considerá-lo como um grupo diferenciado. Até então, no marxismo, o campesinato era visto com os mesmos parâmetros da socieda-

de industrial. Os estudos partiam do macro para o micro, ou seja, a partir da sociedade capitalista se chegava aos grupos que a compunham. Chayanov propôs partir dos grupos e, acreditando que o campesinato constituía um grupo específico, deveria ser analisado com uma teoria própria.

Para Chayanov, o campesinato tem uma dinâmica específica que leva em conta a sobrevivência da família, ou seja, há um equilíbrio entre necessidade de consumo e capacidade de produção. Uma vez satisfeita a necessidade da família, o volume de trabalho pode diminuir. Como o objetivo principal do camponês não é o acúmulo de capital e sim a sobrevivência da família, a sua organização difere muito do modo como está organizado o trabalho na indústria. A análise de sua obra, porém, deve levar em conta o fato de que foi escrita no início do século XX e, passados praticamente 100 anos, a dinâmica do campesinato sofreu transformações importantes, especialmente nos últimos 40/50 anos.

Diferente da indústria, onde cada operário desempenha uma tarefa, na agricultura o camponês desenvolve várias delas e não somente ligadas à produção propriamente dita. Segundo Chayanov, o camponês também é ferreiro, couteleiro⁴, etc. A agricultura não é uma ocupação, mas uma combinação de tarefas. Conforme Shanin (1980, p. 5-6), Chayanov previu a intensificação da relação dos agricultores com o mercado, o que já vinha ocorrendo no seu tempo. E quanto mais o capitalismo penetrasse no campo, mais essa relação traria mudanças na organização das propriedades.

Para além da contribuição de Chayanov, destaca-se Shanin (1980, p. 46-48), que enumera seis características através das quais os camponeses têm sido distinguidos em relação aos “outros”. Entre estas, vale a pena salientar algumas. A primeira destas características se refere à organização familiar do trabalho e à produção de subsistência, o que, entre

3 Entre os principais autores que discutiram o conceito de camponês podemos citar, entre os clássicos, Chayanov (1981), Shanin (1980); e no Brasil, Graziano (1981), Abramovay (1998), Wanderley (2001), entre outros.

4 Pessoa que fabrica ou vende instrumentos de corte (espadas, adagas, facas, facões, machados) e demais ferramentas utilizadas na agricultura (enxadas, foices, etc.).

outras coisas, garante o sustento e a reprodução da família mesmo em situações em que o trabalho nas indústrias não o permitiria, como em caso de crises de mercado, por exemplo. Como o trabalho não é remunerado, mesmo que a produção destinada ao comércio não gere renda, a propriedade familiar resiste a crises passageiras. Outra característica é a que se refere à organização camponesa, que apresenta semelhanças em diversos e diferentes países e regiões. Há estratégias de sobrevivência que se assemelham.

Havia dentro da teoria marxista uma certa incompletude em relação ao campesinato. Assim, tanto Lênin quanto Kautsky tentaram preencher este “vazio” teórico deixado pela teoria marxista em relação ao desenvolvimento da agricultura no capitalismo; são conhecidos por formularem uma ideia de marxismo agrário. Kautsky parte da análise da penetração do capitalismo na agricultura, tendo como base real a Alemanha. Para Kautsky (1980), o desenvolvimento do capitalismo e sua penetração no campo traz como consequência a necessidade do uso do dinheiro e, deste modo, os camponeses acostumados a produzir para o autoconsumo passam a trabalhar como mão-de-obra assalariada para obter recursos necessários para a aquisição de produtos. Lênin compartilha ideia semelhante, pois, para ele, uma das consequências do capitalismo é a de que muitos deixarão de ser camponeses e se tornarão assalariados seja da indústria, seja das grandes fazendas que se formariam com a diminuição do número de camponeses. Suas ideias ficaram conhecidas como “teoria da polarização social agrária” ou, aqui no Brasil, como teoria da diferenciação do campesinato. Não se pode negar que parte de suas análises se confirmou. O que não ocorreu, todavia, foi esse processo por completo.

Lênin centrou sua análise na realidade da Rússia no final do século XIX; até 1905, desenvolveu seus estudos baseados na ideia de proletarização do campesinato. Posteriormente, reviu suas antigas convicções reconhecendo que exagerou no seu diagnóstico sobre a natureza e o futu-

ro do campesinato russo (SEVILLA GUZMÁN, 1990, p. 216). Com a implantação da Nova Política Econômica da União Soviética (NEP) em 1921, as pequenas propriedades agrícolas retornam para o controle dos próprios camponeses. E Lênin foi além, assumindo a possibilidade de um campesinato convivendo com o capitalismo russo, tal como afirmava Chayanov.

Chayanov chamava a atenção também para o processo de inter-relação que ocorreria com a globalização. Para ele, estava claro que o mundo tinha deixado de ser europeu e, com isso, uma interpenetração entre os modos de produção da Europa, Ásia e África não deveria ser ignorado.

Sevilla Guzmán (2005) cita dois sociólogos, Thomas e Znaniecki que, entre os anos de 1918 e 1920, antecederam a nova tradição nos estudos camponeses com a publicação do livro *The Polish Peasant in Europe and America*, onde analisaram o impacto tanto pessoal quanto social da imigração polonesa para o novo mundo. Para esse estudo, definiram alguns eixos que, logo depois, foram mais bem explicados por Chayanov ao descrever o campesinato russo. Entre eles, vale a pena destacar a definição da família enquanto uma unidade cuja importância deriva em parte da própria organização familiar e em parte da vida comunal.

Ainda na década de 1920, Chayanov (1981) mostrou como o modo de produção camponês não responde aos postulados nos quais se baseia a economia capitalista. Na concepção de Chayanov, a remuneração do camponês se mistura à sua necessidade de consumo: pode não aparecer enquanto salário, ou dinheiro, mas está contido no suprimento das necessidades da família e nos investimentos que são feitos na unidade familiar para melhorar a produção.

Na exploração agrícola familiar, a família, equipada de meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente

para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra.

Com efeito, o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto da sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano, ou, para dizê-lo de outra maneira, o produto do seu trabalho. Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analítica ou objetivamente. Dado que não existe fenômeno social dos salários, o fenômeno social do lucro líquido também está ausente. Assim é impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro (CHAYANOV, 1981, p. 137-138).

Conforme Pérez Yruela e Sevilla Guzmán (1976), também alguns antropólogos se destacaram nos estudos sobre o campesinato. Vale lembrar rapidamente de Robert Redfield, para quem o campesinato tem como característica fundamental sua dependência econômica em relação à sociedade global. Para ele, os camponeses devem ser assim considerados, mesmo que tenham relação com o mercado, sendo esta uma relação de dependência. Na mesma linha, Eric Wolf define o camponês a partir da sua relação com o mundo exterior. Neste sentido, o camponês não produz apenas o suficiente para satisfazer às necessidades de sua família, mas produz um excedente que o mercado exige. Entre a satisfação de suas necessidades está a reserva para garantir imprevistos e também o necessário para manter a relação da unidade familiar com a comunidade. Sendo que, para os camponeses, a vida em comunidade é importante.

Theodor Shanin define o campesinato como um pequeno grupo de produtores agrícolas que, utilizando o trabalho familiar, produzem principalmente para seu próprio consumo e para atender as obrigações que tem com a sociedade (PÉREZ YRUELA e SEVILLA-GUZMÁN. 1976, p. 17). Segundo Shanin, apesar de uma relação de dependências, a posse da terra garante certo grau de autonomia ao camponês.

Não é possível, conforme o autor, categorizar os camponeses como um grupo homogêneo, mas como um grupo diferenciado que inclusive mantém relações verticais. É o caráter de diferenciação interna que vai direcionar a que grupo os camponeses pertencem, segundo os interesses de cada um. Para Sevilla-Guzmán e Pérez Yruela (1976, p.30), a análise sociológica do campesinato deve levar em conta dois fatores importantes: um é a consideração dos assalariados rurais como componentes do campesinato, outro é a rede de relações sociais em torno da unidade familiar. Se, para Shanin, os assalariados não podem ser compreendidos pelo campesinato ainda que possuam algumas de suas características, mas sim considerados como um grupo analiticamente marginal, estes autores, contrariando o enfoque ortodoxo, incluem os assalariados rurais como parte do campesinato.

Porém, no caso brasileiro, a história do campesinato é diferente. No lugar do feudalismo tivemos um período de escravidão. Enquanto na Europa a penetração do capitalismo alterou a organização camponesa, com foco claro na urbanização e industrialização, no Brasil houve a formação de uma economia camponesa onde predominou, primeiramente, o latifúndio escravista que praticava a monocultura e, mais recentemente, o agronegócio que também tem como característica principal a monocultura. Se no passado predominava o café e a cana-de-açúcar, hoje predomina a soja. Então, de um lado há o agronegócio, de outro a pequena produção. Seja ela denominada como camponesa, seja ela denominada como agricultura familiar.

A distribuição das terras caracteriza muito bem o modelo de camponato que temos no Brasil. A primeira atitude de Portugal com relação à colonização do Brasil foi a divisão do território em 13 capitâneas hereditárias. Este modelo, que privilegiou as grandes propriedades e os senhores de terras, perpetuou-se através dos anos no desenvolvimento agrário no Brasil. Assim, sempre tivemos uma precariedade na posse da terra pelos pequenos produtores. Na região Sul, a distribuição em lotes menores se deve a uma nova forma de colonização em terras brasileiras; a venda de pequenos lotes aos imigrantes europeus que aqui chegaram desde meados do século XIX até início do século XX. Já na região Nordeste, o predomínio do poder dos coronéis⁵ influenciou a distribuição das terras, uma vez que era prática expulsar os camponeses quando fosse do interesse do dono da propriedade. E é justamente no Nordeste que se destaca a luta pela posse de terra na década de 1950 e 1960, com a formação das “Ligas Camponesas”. Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, os sindicatos, que deveriam representar os trabalhadores das usinas de açúcar, não representavam a diversidade de trabalhadores envolvidos neste processo, especialmente, dos trabalhadores rurais. Assim, a partir do final da década de 1940, “surtem formas mais sólidas de organizar os trabalhadores rurais e camponeses ameaçados pelos proprietários de engenhos de açúcar” [...] (Palmeira, 2009, p. 173).

Durante os primeiros anos da ditadura militar, instaurada em 1964, a perseguição aos movimentos camponeses foi mais intensa. No período compreendido entre o final dos anos 1950 e meados dos anos 1960, havia núcleos de luta camponesa espalhados por diversas regiões do país, muitos deles com o apoio do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Alguns foram mais abrangentes, como as lutas camponesas de Trombas e Formoso no Es-

tado de Goiás, a luta dos posseiros no Paraná, o Movimento dos Agricultores Tem-Terra no Rio Grande do Sul (MASTER) e as Ligas Camponesas (Gohn, 2003; Aquino, 2005). Em relação ao movimento dos sem-terra no Rio Grande do Sul, a conotação “camponês” não foi utilizada, corroborando com a ideia de que no sul do país o conceito de camponês é usado há pouco tempo, ou seja, na última década, como veremos mais adiante. Em Santa Catarina, a Guerra do Contestado, mesmo ocorrida no início do século XX (1912 a 1916), também é relevante ao mostrar como se deu a ocupação de terras na fronteira entre os Estados do Paraná e Santa Catarina e a presença cabocla na região, grupo étnico quase sempre relegado ao esquecimento quanto se trata de agricultura familiar na região⁶.

Com o Golpe de Estado de 1964 e a forte perseguição aos movimentos sociais, há uma desestruturação até mesmo das Ligas Camponesas que estavam fortalecidas no Nordeste. Conforme Porto e Siqueira (1994), a utilização do conceito de pequena produção adotado nos anos 1970 tinha o intuito de desvincular o camponato da luta de classe, uma vez que o Estado estava controlando mais fortemente o desenvolvimento no campo com a adoção dos já conhecidos pacotes de modernização. A partir daí o camponês volta a ser definido por diferentes denominações.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, surgem novos movimentos sociais no campo: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento das Mulheres Agricultoras, entre outros, que colocam em cena a problemática da distribuição de terras e a política agrícola para os “pequenos produtores”. Usa-se menos o conceito de camponato ou pequena produção e mais a caracterização de cada movimento social, como sem-terra, assentado, pequenos agricultores. Mas é na última década do século que ocorre

5 A criação da Guarda Nacional, em 1831, delegou a senhores de terra não somente poder político, mas também o título de coronel. Essa instituição foi extinta em 1918, mas o título de “coronel” como forma de se referir a senhores de terra é usado até hoje em determinadas regiões do Nordeste do Brasil (PAULILO, 1998, p. 70).

6 Ver entre outros, Auras (1984).

a adoção de um conceito genérico para designar esses agricultores, é a utilização do termo “agricultura familiar”.

Ao mesmo tempo em que a definição de agricultura familiar pretende, de certa maneira, substituir o conceito de campesinato com base na ideia de que, com o desenvolvimento do capitalismo no campo, o termo campesinato, comumente entendido como relativo a uma agricultura de subsistência, já não corresponde à realidade do campo brasileiro, alguns movimentos sociais ligados à Via Campesina passam a denominar seus integrantes como “camponeses” em uma clara referência ao conteúdo político do termo, na concepção levantada por Porto e Siqueira (1994).

2. O CAMPESINATO COMO MODO DE VIDA

Tendo em vista que o camponês sempre teve seu espaço na história reduzido e subordinado, seja ao mundo urbano, seja aos capitalistas agrários, delimitar o campesinato significa ir além destas perspectivas. E ir além consiste em atentar para o que Nazareth Wanderley (2001) chama a atenção ao considerar o campesinato como “um modo de vida”, ultrapassando as caracterizações puramente econômicas.

Um dos fatores que caracterizam a agricultura camponesa é o sistema de produção baseado na policultura e na pecuária. A policultura aqui expressa se refere a diferentes cultivos associados à criação de animais. Assim, os camponeses têm maior diversidade de produtos destinados tanto para o consumo, quanto para o mercado. A diversificação permite, além da garantia de alimentos nas diferentes estações do ano, maior segurança nos casos de intempéries e desastres naturais ou mesmo em crises econômicas. Além disso, esse sistema permite uma inter-relação entre a produção vegetal e animal, uma complementando a outra. Ou seja, a produção vegetal serve de alimento não somente para a família, mas também para os animais. Da mesma forma, os dejetos animais servem de adu-

bo para a produção vegetal. Mendras (1994) e Jollivet (1984), citados por Wanderley (2001, p. 24-25), compartilham essa noção de complementaridade entre a produção camponesa. Além disso, outro determinante neste processo se refere ao trabalho familiar, pois o montante a ser produzido também é determinado pela disponibilidade de mão de obra existente na família. Neste contexto, até mesmo a pluriatividade, definida por Schneider (2009, p. 134) como a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura, se insere na organização da produção camponesa, seja para aproveitar excedentes de mão de obra familiar, seja nos momentos de entressafra ou conforme o que é produzido e o ritmo de produção na unidade familiar. O ritmo da produção depende de vários fatores, sendo um deles a necessidade de consumo da família. No campesinato, a centralidade da análise funda-se na família, como Chayanov expressou muito bem. A organização da unidade familiar e sua reprodução têm como objetivo final a satisfação das necessidades do grupo familiar. Isto está presente na transmissão da propriedade aos herdeiros. Há uma preocupação em garantir que todos os herdeiros possam ter condições de se reproduzir na unidade de produção ou fora dela com empregos, casamento no caso das mulheres, tanto no campo como nas cidades. Mesmo no caso recente, a posse da propriedade vai sendo passada aos herdeiros na medida em que se torna possível e viável a sua divisão. O que é deixado para os filhos não é somente a unidade produtiva, mas também o conhecimento adquirido pela experiência e aquele herdado de seus antecessores.

Nazareth Wanderley (2001, p. 30) diferencia a agricultura camponesa da agricultura de subsistência. Ambas são integrantes do contexto mais amplo da agricultura familiar, mas a agricultura camponesa vai além da agricultura praticada com fins de apenas garantir a subsistência da família. Neste sentido, Lamarche (citado por Wanderley, 2001, p. 30) diz que se deve distinguir as unidades meramente de subsistência das unidades camponesas, “se a função de subsistência está bem pre-

sente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar”.

Se a prática da agricultura visa somente suprir as necessidades imediatas, não pode ser considerada uma agricultura camponesa porque perde um de seus fatores importantes que é o planejamento da continuidade dessa produção. Outro ponto relevante, destacado por Nazareth Wanderley (2001, p. 30-31), é que tanto a pluriatividade quanto o fato de ser um estabelecimento pequeno não influenciam na caracterização de uma agricultura como camponesa ou não. Esclarecendo: a prática da pluriatividade, seja em empregos ligados à agricultura ou fora dela, não descaracterizam a agricultura camponesa. Pelo contrário, pode ser uma maneira de garantir a reprodução da unidade produtora ao fornecer meios, mesmo que externos, de manter a família em momentos em que a produção não for suficiente ou como forma complementar de renda.

Outro ponto importante é a diferenciação entre agricultura camponesa e pequena agricultura. Embora a agricultura camponesa quase sempre seja pequena e disponha de poucos recursos, não é isso que a torna camponesa, mas as relações internas e externas. O campesinato também é associado à ideia de forma de produção nas sociedades tradicionais. Embora a base do campesinato ou de como ele é definido tenha suas raízes na Idade Média e nas sociedades tradicionais, a modernidade e a pós-modernidade não fizeram com que esse modo de produção desaparecesse. Guardadas as devidas mudanças que acompanham o desenvolvimento capitalista, o campesinato permanece.

Wanderley (2001, p. 36-37) considera que, no Brasil, a opção para representar a produção agrícola foi a das grandes propriedades, com práticas como a doação de grandes extensões de terras, a “vista grossa” à grilagem. Tais práticas aliadas à falta de políticas regulatórias para os limites de aquisições de terras favoreceram o surgimento e consolidação das grandes propriedades, sejam elas

produtivas ou apenas de exploração. Nesse processo, a agricultura camponesa ou familiar também foi se adaptando para conseguir permanecer. Conforme o levantamento da INCRA/FAO de 2000, a área média dos estabelecimentos familiares, além de ser muito inferior a dos patronais, apresenta grande variação entre as regiões. A área média dos estabelecimentos familiares no Brasil é de 26 ha, enquanto que a patronal é de 433 ha. Na região Nordeste a média entre os familiares é de 16,6 ha, enquanto no Centro-Oeste é de 84,5 ha. Entre os patronais, na região Centro-Oeste, a média chega a 1.324 hectares, enquanto que no Sudeste a média é 223 hectares por estabelecimento.

Para resistir ao processo de modernização que se estabeleceu no Brasil nas décadas de 1970, e que a partir desta data somente aumentou seu grau de exigência, os agricultores familiares passaram também pelo processo de diferenciação. As formas tradicionais de produção e consumo acompanharam a modernização: os agricultores já não produzem a maior parte de sua própria alimentação, isso, no entanto, não descaracteriza sua condição de agricultor familiar.

3. SER CAMPONÊS E CAMPONESA SOB A ÓTICA DO MMC

O Movimento das Mulheres Camponesas – MMC foi criado oficialmente em 2004. De forma isolada nos Estados brasileiros, as organizações de mulheres existiam desde a década de 1980, como é o caso do MMA em Santa Catarina, do MMTR no RS e Paraná e das extrativistas no Norte e Nordeste do Brasil, como as quebradeiras de coco de babaçu. Na década de 1990, esses movimentos começaram a se articular e criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a ANMTR, que resultou na criação do MMC.

A discussão a respeito do nome que teria o movimento suscita uma importante questão, o significado do termo “camponês”. As antigas denominações de “agricultor-

ras” e “trabalhadoras rurais” foram substituídas por “camponesas”. Uma das justificativas do MMC diz que a escolha se deu pelo fato de que o termo camponês englobaria as diferentes atividades exercidas no campo, sejam as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou as extrativistas. Outra justificativa refere-se ao trabalho familiar e à produção de alimentos, conforme documento do movimento.

Fizemos debates sobre a *categoria camponês* que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado, se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e, por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, *mulher camponesa* é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher legítima e confirma, no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2009).

Não se pode deixar de notar que, mesmo que as camponesas não assumam a influência da Via Campesina nesta decisão, esta ocorreu no momento em que passaram a fazer parte da Via. Ao criarem o MMC, esse movimento se incorporou à Via Campesina por ocasião da IV Conferência da Via Campesina que ocorreu em junho de 2004 no Brasil. Essa união já vinha sendo discutida, ou seja, não há como separar essa decisão, pois isso é uma consequência das articulações entre os movimentos sociais do campo para se fortalecerem frente aos desafios colocados nas últimas décadas em relação à própria existência de al-

gumas organizações. Entretanto, o importante para este trabalho é o que o próprio MMC considera para explicar esta mudança.

4. DA DEFINIÇÃO CLÁSSICA À DEFINIÇÃO DO MMC

A noção de camponês elaborada por Chayanov, tomada ao pé da letra, denomina como camponês aquele produtor familiar que cultiva a terra com vistas a garantir a subsistência da família, mas não se insere no mercado. Ou seja, uma noção de trabalhador rural que é proprietário do seu meio de produção mas que não alimenta o capitalismo. O que Chayanov teorizou na década de 1920 na Rússia Comunista perde o sentido na atualidade para definir grande parte dos produtores familiares no Sul do Brasil, onde há uma estreita ligação com o mercado. Entretanto, se a relação com o mercado já não ocorre da mesma forma, a noção de trabalho familiar e de satisfação das necessidades da família asseguram ainda a validade das ideias de Chayanov. Grisa e Schneider (2008) mostram a importância que a produção para o autoconsumo familiar tem nas propriedades rurais do Rio Grande do Sul. Conforme esses autores, a produção e a troca de produtos para autoconsumo é uma prática recorrente entre os agricultores. Dessa forma, não exclui a ideia de uma agricultura em parte camponesa, mesmo que a propriedade produza parte dos bens exclusivamente para o mercado⁷.

Na França, a denominação “camponês” sempre foi muito utilizada para demarcar um tipo de agricultura baseado na exploração familiar. Se o termo, hoje, ainda que naquele país, não é mais utilizado com a mesma ênfase, não é porque o camponês tenha desaparecido, mas porque foi substituído pela denominação de “agricultor familiar”. Abramo-vay (1998, p. 24) define como “camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incomple-

⁷ Trato aqui dos bens exclusivos para o mercado, tais quais a suinocultura e avicultura integradas e, também, a produção de fumo, que são destinadas totalmente às agroindústrias.

tos [...]”. Assim, a diferença entre um e outro está no tipo de relação que mantém com o mercado.

As camponesas ligadas ao MMC não concordam com essa divisão em que camponês está um passo atrás em relação aos agricultores familiares. Não consideram o camponês um modo mais atrasado ou com menos inserção no mercado. Diferenciam, sim, agricultura familiar de camponês, tendo este último como um modo de produção diferenciado, mas nunca inferior. Para elas, “o verdadeiro camponês não precisa de interferência de fora, ele planeja sua unidade de produção, muito diferente da agricultura familiar, onde ele apenas faz o que os outros planejam” (Fala de abertura do 11º Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 de agosto de 2010).

Na fala desta militante fica claro que o conceito de camponês para o movimento está sendo construído; ele vem dos campos político e intelectual para a prática efetiva destas mulheres em suas propriedades. Justina Cima, uma das lideranças mais antigas do movimento, se refere ao conceito de agricultura familiar como uma forma de subordinar-se à agricultura camponesa. Ela fala das diferenças entre esses dois modelos e qual a opção do MMC.

E camponesa, pra nós, vou repetir aqui, que camponesa é toda aquela que produz a comida, o alimento para o autossustento, porque nós não gostamos do termo subsistência porque parece que nós temos que subsistir, nós queremos o autossustento e a renda. E a renda suficiente pra quê? Para ter cultura, pra ter lazer, pra ter educação, nesse sentido.

O orgulho de ser agricultor camponês, porque tem também algumas enrolações na história: para matar a agricultura camponesa, entrou o termo agricultura familiar, tudo misturado. Porque o regime, o jeito de trabalhar, é familiar, isso é verdade. Mas a agricultura é camponesa [...]. Agora depois que pôs também o conceito no sentido de dar uma misturada, uma embaralhada na nossa cabeça, misturando a história da agricultura familiar e agricultura camponesa e tudo mais, também foi se instalando junto com isso as integra-

ções e aí vai um pouco nesse sentido (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010).

Sobre essa diferenciação pesa a utilização de agrotóxicos e a sua não utilização. Fica evidente que, por meio de seus discursos, as líderes têm a intenção de convencer as camponesas a fazer uma escolha pelo modelo em que os agrotóxicos fiquem de fora.

A luta pela igualdade, a solidariedade que existe entre nós, o cuidado que a gente tem com a natureza, com as sementes, com a água, com a nossa própria vida. A produção das sementes, o cuidado com a água e com o solo. A produção de alimentos saudáveis é uma identidade nossa, a diversidade de produção... basta olhar o que a gente trouxe (para o encontro), basta olhar a nossa comida, basta olhar nosso dia a dia. A riqueza, a diversidade, o resgate do que muitas vezes foi perdido da produção de alimentos. A produção do autossustento. O cuidado com a horta, com o pomar, com o jardim, a casa, as plantas medicinais, vejam nossa identidade, gente, não é companheiras! Isso tudo nos identifica! (Zenaide Colett. Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim).

A Agricultura familiar, muitas vezes, a gente vê, várias famílias em pequenas propriedades, plantando toda a sua extensão de terra com fumo, ou produz leite, e onde vai buscar alimento? Vai na cidade, compra o alimento envenenado da agricultura camponesa e familiar. Percebe que tem uma diferença? Porque as camponesas que eu conheço produzem a sua alimentação. Se autossustentam, e ainda produzem... e a luta, sempre essa de dizer não ao veneno! Isso é a agricultura camponesa, é outro projeto de vida, outro projeto de sociedade. Óbvio que tem que ir construindo, não está pronto... (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim (21 a 23 agosto de 2010)

Algumas características de um conceito clássico, como vistos no início deste artigo, podem permanecer com algumas adaptações. Para discutir o conceito de camponês utilizado

pelos movimentos sociais, temos que ir além do conceito clássico. Parti da ideia de que a ressignificação do conceito, elaborado pelo MMC, serviu para que se conseguisse abranger a diversidade de participantes, já existentes ou potenciais, dentro do movimento. Essa mesma ressignificação foi realizada pela Via Campesina para justificar a pluralidade dos movimentos que a compõem e para dar um caráter mais político à rede formada. Conforme Vieira (2009), não há um consenso entre os membros da Via Campesina sobre o conceito de camponês. Há, no entanto, características que se entrelaçam, como a que são trabalhadores do campo, o que os distingue dos trabalhadores urbanos, e a ideia de um conceito político, ou seja, que retome a ligação que esse conceito teve no Brasil com as Ligas Camponesas e, em outros países, com o campesinato que empreendeu lutas sociais.

O conceito de camponês, no Brasil, raramente foi utilizado para definir os agricultores do Sul. A ideia de camponês remonta às Ligas Camponesas no Nordeste e é associada à luta pela terra, como já mencionei no início deste trabalho. É mais uma designação política do que uma categoria de análise. Porto e Siqueira (1994, p. 79) discutem a utilização dos conceitos de campesinato e de pequena produção no Brasil a partir da década de 1950. Nesse momento, com relação à dimensão político-social, as análises estavam centradas em dois blocos distintos, de um lado latifundiários e de outro camponeses. Assim, todos que não fossem latifundiários⁸ eram considerados camponeses. Na dimensão político-ideológica, a utilização do conceito remetia às lutas empreendidas no campo, especialmente em relação às Ligas Camponesas. Na década de 1970, com o processo de modernização do campo, também a utilização dos conceitos se alterou. O conceito de pequena produção foi sendo mais utilizado numa tentativa de substituir o de campesinato. Nota-se, conforme as autoras, que a utilização do conceito de pe-

quena produção contribuiu para uma despolitização no que se refere à discussão da questão agrária no Brasil. Na década de 1980, há uma tendência em se utilizar categorias empíricas em substituição aos conceitos de pequena produção e de camponês para as dimensões político-ideológicas. É o caso dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os Atingidos por Barragens, Assentados, etc.

Com a filiação do MST à Via Campesina, a partir do final da década de 1990 até hoje, esse movimento passou a se autodenominar camponês, mesmo conservando a antiga denominação. A crítica que é feita ao conceito de agricultura familiar especialmente pelos movimentos sociais ligados a Via Campesina, é a de que ele abrange todas as formas de produção que não são patronais. A diferenciação significa dar uma identidade para cada movimento.

Pode-se assumir uma posição em que agricultura familiar corresponderia aos que estão inseridos mais fortemente no mercado, já campesinato representaria aqueles cuja relação com o mercado é menor. A proposta desse trabalho estaria resolvida e não haveria motivo para a confusão entre os dois conceitos apresentados. No entanto, entre as mulheres do MMC que se autodenominam camponesas, há aquelas cuja unidade de produção familiar está fortemente inserida no mercado. Para não se excluírem, passaram a ignorar esse conceito clássico, adotando um significado de luta para o conceito de campesinato e a ideia de uma agricultura camponesa associada à agroecologia. A produção agroecológica hoje, embora seja voltada para um importante nicho de mercado, nem sempre é suficiente para sustentar a família. Mas isso para as mulheres do MMC não é problema, porque são camponesas também aquelas cujos maridos utilizam agrotóxicos nas lavouras desde que não atinjam a horta familiar. Uma camponesa contou em um encontro do MMC que seu marido aplicou agrotóxico próximo aos can-

⁸ É importante lembrar que as autoras utilizam o termo latifundiário. Aqui, porém, estão inseridos não apenas o latifúndio, mas também as grandes propriedades produtivas.

teiros de tomates que ela cultivava. A reação dela foi encher um balde com os tomates e jogar aos pés dele, dizendo-lhe que comesse os tomates envenenados. Tentava, assim, sensibilizar o marido para a produção orgânica, especialmente a da horta. No caso dessa militante, que é uma liderança expressiva na região, sua família se enquadra no que, em alguns de seus discursos, aparece como agricultores familiares de médio porte ou muito inseridos no mercado. E isso não a impede de se autodenominar camponesa, justificando que “camponês é aquele que produz seu próprio alimento”.

Grande parte das mulheres que pertencem ao MMC possuem integrações com as agroindústrias, seja de suínos, de aves ou leiteira. Quase sempre, quando me refiro à integração, destaco os ramos de suínos e aves e não a atividade leiteira, que também é um tipo de integração. Isso se deve às exigências e investimentos nesses ramos que são maiores do que na produção de leite. No entanto, também a atividade leiteira vinculada a laticínios traz uma série de exigências aos camponeses, como por exemplo, a venda de uma quantidade mínima de leite para alcançar um valor um pouco melhor. Essa medida faz com que muitas famílias abram mão de fazer queijos para o consumo próprio, comprando-os de vizinhos que não comercializam leite. Porém, em comunidades rurais onde a maioria dos agricultores vende leite, a oferta de queijos é praticamente nula. Assim, o consumo desse produto pode se tornar menor entre as famílias, já que a disponibilidade é pequena.

O discurso ferrenho contra o agronegócio também deve ser analisado através da ótica pela qual essas mulheres enxergam o agronegócio e a diferenciação entre grandes e pequenos agronegócios, estes últimos desenvolvidos em regime de produção familiar. Assim, o discurso crítico se refere aos grandes agronegócios, mesmo porque, segundo algumas lideranças, não há como colocar os dois sob o mesmo guarda-chuva, porque se os camponeses não buscarem alternativas junto às empresas integradoras, não sobrevivem no campo. A produção dos integrados distingue-se, assim,

do agronegócio ligado aos monocultivos de soja transgênica, das plantações de *pinus* e eucaliptos, dos produtos voltados para a produção do biodiesel, etc.

As falas a seguir demonstram bem o que acabo de dizer:

Primeiro definir o que é um camponês: primeiro colocar que camponês e camponesa é o grupo que melhor está estruturado e não sabe nessa sociedade. Por quê? Porque ele é capaz de produzir toda a comida que ele precisa. Ele consegue fazer isso. E outra: o camponês é a família, as pessoas que produzem primeiro para a subsistência, têm ali seu pedacinho de terra ou arrendado, ou seu, ou oriundo da luta, mas que primeiro produz pra sua subsistência. E o que sobrar então ele comercializa, troca por outras mercadorias. Primeiro produz para a sua subsistência, para a família e o que exceder aí ele comercializa e troca por outras mercadorias. O que é diferente da agricultura familiar que a gente ouve falar muito aí: que primeiro produz para o mercado e se sobrar aí volta pra família. Ou seja, a família nunca vai ter nada nessa sociedade que a gente vive. E o agronegócio então é quem produz pra exportação. (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim (21 a 23 agosto de 2010).

Na verdade, o MMC ainda está construindo essa noção de campesinato, especialmente para se diferenciar do conceito de agricultura familiar tão presente na região. Por isso, não se deve estranhar alguns entrelaçamentos entre os dois termos.

Essa questão da agricultura familiar e agricultura camponesa, na formação que vamos fazer nos dois anos do projeto, nós vamos aprofundar. Porque tem uma diferença bastante grande da concepção, por exemplo, da Via campesina, do MST, do que é agricultura camponesa e agricultura familiar. Então, exigiria uns dois dias ou mais para que possamos nos entender. (liderança do MMC, maio de 2010).

O discurso mostra como as mulheres percebem a relação entre os modelos de agricultura. Se, por um lado, aceitam (em partes), o pequeno agronegócio, por outro, são extremamente contrárias às práticas do agronegócio. Justificam também que o modelo de agricultura camponesa é mais voltado para a agroecologia.

Porque a monocultura mata a biodiversidade. Debaixo de um matagal de eucalipto nem as formigas se criam. Mata a terra! Mata a vida! Porque a terra possui vida. Nem uma abelha, nada vai nessas árvores. A biodiversidade, onde é que fica? (liderança do MMC, março de 2010).

Reside nessa noção também a ênfase dada pela agricultura camponesa ao bem estar, pois produz alimentos saudáveis. Mais uma vez, a conotação política do conceito de camponês se mescla, para elas, com princípios do ecofeminismo⁹ presentes, mesmo que de forma inconsciente, ao enfatizarem que as mulheres têm mais cuidado com a saúde que os homens por gerarem a vida e cuidarem dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento de Mulheres Camponesas parte da valorização do trabalho e dos conhecimentos que são passados através das gerações na agricultura. E, para o MMC, são justamente os conhecimentos e as práticas que diferenciam a agricultura camponesa da agricultura do agronegócio. Delgado (2005, p.66), mostra que o agronegócio é o modelo de agricultura priorizado pelo governo brasileiro. Para ele, essa opção gera dois campos bem distintos, de um lado o agronegócio altamente desenvolvido e de outro um campesinato marginal. É importante ressaltar que

o conceito de campesinato do autor não é o mesmo dos movimentos sociais, o que não invalida seu raciocínio.

Ao viabilizar-se como orientação concertada de política econômica, agrícola e externa, imiscuindo-se também no campo ambiental, agrava o quadro da exclusão no campo agrário. Esse “ajuste” praticamente prescinde da força de trabalho assalariada não especializada e da massa de agricultores familiares não associados ao agronegócio (três quartos do total). É também um arranjo da economia política que rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais. Nesse processo, converte-se o campesinato em imenso setor de subsistência, não assimilável ao sistema econômico do próprio agronegócio ou da economia urbana semiestagnada (DELGADO, 2005, p. 84).

Esse modelo agroexportador, fundado no agronegócio, se parece muito com o antigo modelo caracterizado pela modernização conservadora da década de 1970. Se, naquele momento, o que se impunha eram as sementes híbridas, a tecnologia em maquinários agrícolas e os insumos agrícolas, nesse momento a principal alteração são as sementes transgênicas, em substituição às híbridas, e o volume ainda maior de dependência em relação às sementes compradas. O Movimento de Mulheres Camponesas quer, justamente, mesmo dentro deste modelo, uma vez que ele existe, mostrar as alternativas possíveis.

Assim sendo, o MMC busca alternativas, tenta mostrar o diferente dentro da escolha principal. Ou seja, suas práticas de recuperar as sementes dos produtos básicos de sua alimentação e a procura do saber sobre ervas medicinais, alternativas aos medicamentos prescritos pelos médicos, são, mais do que os discursos, a prova real de sua luta contra a he-

⁹ Pode-se superficialmente definir o ecofeminismo como um movimento que faz uma interconexão entre a natureza e o feminino. Dessa forma, traz à tona uma relação entre a exploração e a subordinação da natureza e das mulheres pelo poder patriarcal dominante. O termo ecofeminismo passou a ser utilizado na década de 1970 e surgiu dos diversos movimentos sociais, engendrados pelas mulheres na defesa de seus direitos enquanto mulheres e na defesa do meio ambiente. Conforme Shiva e Mies (1997), mesmo que o termo tenha sido utilizado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne, em 1974, só ganhou o campo mesmo com as lutas das mulheres frente aos desastres ecológicos, contra o avanço das usinas nucleares nos Estados Unidos e com o movimento Chipko, na Índia.

gemonia do mercado. Está claro que muitas também fazem parte de uma cadeia do agrogócio que é a produção de animais para as agroindústrias de carne, isso, entretanto, não as exclui de serem camponesas e também não significa uma concordância com este modelo. Em suas próprias palavras percebe-se que, se produzem suínos ou aves para uma grande empresa, o fazem como um modo de garantir o sustento de suas famílias e a manutenção de suas propriedades, tanto no presente quanto para garantir herança aos filhos ou financiar estudos a eles.

Ao ser questionada sobre a participação no movimento de mulheres que possuem agrogócio, uma liderança disse que não dá para ser radical senão sobra pouca gente, principalmente em Santa Catarina, onde muitos agricultores são integrados. Essa liderança vende leite para um laticínio da região, embora a contragosto, mas encara isso, no atual momento, como uma necessidade.

Trabalhamos com integração. Mas plantamos para o autossustento: feijão, batata, mandioca, moranga, melancia, frutas. O que a gente adquire no mercado é o açúcar branco, porque a gente produz bastante açúcar mascavo, e a farinha, porque o trigo não planta mais. Estamos voltando agora a plantar um pouco para fazer a farinha integral. O gado a gente cria mesmo e mata... o frango caipira. (Iraci Colombo, liderança do MMC)

Essa discussão sobre ser integrado e camponês não afeta o movimento. Para o MMC, esta é uma realidade e, por tudo o que já foi exposto, há uma necessidade de sobrevivência. Se, para isso, for necessário a integração, não há porque excluir esses agricultores do que se considera campesinato.

Recebido em: 20/10/2013
Aprovado em: 24/12/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BONI, Valdete. *Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005.

BUAINAIN, Antônio M.; FONSECA, Rinaldo B. A agricultura familiar no Brasil: a visão acadêmica. *Revista Agropólis*, Montevideu, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://revistaagropolis.org/2012/01/agricultura-familiar-no-brasil-a-visao-academica/>>. Acesso em: 04 fev. 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena. *A Questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: Luciana Jaccoud, et al. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr/jun 2008.

LAMARCHE, Hugues. *Agricultura Familiar: comparação internacional*. Campinas. Editora da UNICAMP, 1993.

MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. *Nossa história, nossas lutas*. Chapecó/SC: MMA/SC. 2000.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. *Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas: Campanha pela produção de alimentos saudáveis*. Disponível em: <www.mmcbrazil.org.br>. Acesso em: 20 set. 2007.

- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPO-
NESAS. *Movimento de Mulheres Agricultoras*: 21 anos de organização em Santa Catarina. Chapecó-SC: MMC, 2004.
- PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In. FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.1: o camponato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 / – São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista de Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.
- PÉREZ YRUELA, Manuel; SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. *Para una definición sociológica del campesinado*. 1976. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10396/5625>>. Acesso em: 13 jul. 2011.
- PLOEG, Jan Douwe Van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.
- PORTO, Maria Stela G. e SIQUEIRA, Deis E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, p. 76-88. 1994.
- SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In. GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito: Flacso, 2009, v. 1, p. 132-161.
- SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. Redescubriendo a Chayanov: hacia un neopopulismo ecológico. *Revista Agricultura e Sociedade*, Madrid, n. 55, p. 201-237, 1990.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. GONZÁLES DE MOLINA, Manuel. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 26, 1980.
- WANDERLEY, Maria de Nazaré B. Raízes históricas do camponato brasileiro. 2001. In. TEDESCO, João Carlos. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3 ed. Passo Fundo: EDIUPF.